

Pedestrianismo no vale do Alva: Rotas de Água

Hiking in the Alva river: water routes

MANUEL SALGADO * [manuelsalgado@ipg.pt]

ISABEL PINTO OLIVEIRA ** [isabelpintooliveira@gmail.com]

JOSÉ ALEXANDRE MARTINS *** [jasvm@ipg.pt]

Resumo | A interpretação do valor da água e da paisagem para as atividades de turismo e de lazer é uma das principais motivações para esta investigação. Neste âmbito, é necessário conhecer os vários tipos de recursos endógenos inerentes ao rio Alva, situado na região Centro de Portugal. É um território de baixa densidade com graves problemas de sustentabilidade, mas com enorme potencial turístico, podendo o setor do turismo ser um dos motores socioeconómicos mais importantes para o seu desenvolvimento, atuando também na preservação ambiental e cultural. É necessário proceder a um inventário dos recursos para entender o seu potencial turístico, que é uma primeira etapa essencial para depois definir a importância relativa dos vários produtos turísticos para este território, contribuindo para desenvolver a sua imagem turística. Temos a intenção de destacar o interesse de agregar toda a oferta turística dos 7 municípios que pretendem desenvolver o projeto da Grande Rota do Alva (GRA), que será realizado em parceria entre esses municípios. A metodologia de campo é baseada no diagnóstico dos percursos pedestres já existentes e na viabilidade da sua eventual integração na GRA. Acredita-se que uma estratégia de marketing de destino, designadamente ao nível internacional, pode beneficiar esta região e contribuir para o desenvolvimento deste nicho de mercado do pedestrianismo.

Palavras-chave | Sustentabilidade, Desenvolvimento turístico, Produtos turísticos, Turismo de natureza, Pedestrianismo

Abstract | The interpretation of the value of water and landscape for tourism and leisure activities is one of the main motivations for this research. In this context, it is necessary to know the various types of endogenous resources inherent to the Alva river, located in the central region of Portugal. It is a low-density territory with serious problems of sustainability but with enormous tourist potential, where the tourism sector can be one of the most important socioeconomic driver for its development, also acting in the environmental and cultural preservation. It is necessary to carry out an inventory of the

* **Professor Adjunto** no Instituto Politécnico da Guarda e **Membro** da UDI/IPG e do GOVCOOP, DEGEIT, UA

** **Professora Adjunta** no Instituto Politécnico de Viseu, **Membro** do CI&DETS e do GOVCOOP, DEGEIT, UA

*** **Professor Adjunto** no Instituto Politécnico da Guarda e **Membro** da UDI/IPG e do Citur Guarda

resources to understand its tourist potential, which is an essential first step to later define the relative importance of the various tourist products to this territory, contributing to develop its tourist image. We intend to highlight the interest of aggregating the entire tourism offer of the 7 municipalities that intend to develop the Great Alva Route (GRA) project, which will be carried out in partnership among these municipalities. The field methodology is based on the diagnosis of existing pedestrian paths and the feasibility of their eventual integration into the GRA. It is believed that a destination marketing strategy, particularly at an international level, can benefit this region and contribute to the development of this hiker market niche.

Keywords | Sustainability, Tourism Development, Tourism Products, Nature Tourism, Hiking

1. Introdução

A investigação pretende contribuir para a estruturação de conhecimento sobre os recursos endógenos do território do vale do Alva, que se pretende seja mais valorizado, designadamente no âmbito da atuação da Entidade Regional Turismo Centro de Portugal (ERTCP), que tem por missão a valorização e o desenvolvimento das potencialidades turísticas da região Centro de Portugal. Os recursos patrimoniais têm apreciável valor neste território, correspondente a uma antiga ocupação humana que o enriqueceu, principalmente associado a atividades rurais e culturais. Trata-se de um território que abrange 7 concelhos, desde a ribeira da Fervença, cuja nascente se situa no concelho de Gouveia, passando pelos de Seia, Oliveira do Hospital, Tábua, Arganil e Vila Nova de Poiares, chegando a Porto da Raiva no concelho de Penacova, onde o rio Alva desagua no Mondego. O rio Alva apresenta uma extensão de 115, 125 Km³ (Lourenço, 1989: 13), que é facilmente identificado e delimitado (cf. figura 1) sobre mapas portugueses de escala média (1 :25000 a 1 :200000).

Consideramos necessário definir as melhores políticas setoriais e assumir as estratégias mais

adequadas com vista a um desenvolvimento sustentável deste território, pelo que se assumem os seguintes objetivos: inventariar os recursos e avaliar a oferta turística do vale do Alva; escolher os recursos que podem determinar a vocação e a imagem desta região de destino; desenvolver produtos dirigidos a nichos de mercado, designadamente o pedestrianismo; promover o desenvolvimento de uma dinâmica em rede ao nível sub-regional, através da GRA e da articulação do turismo a partir de projetos implementados, designadamente, pela Associação para o Desenvolvimento Integrado da Rede das Aldeias de Montanha (ADIRAM), pela Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto (ADXTUR) e pela Associação das Aldeias Históricas de Portugal (AHP).

Pretende-se, assim, compreender o contributo do pedestrianismo para a preservação ambiental e o desenvolvimento socioeconómico e cultural deste território do interior do Centro de Portugal. Para este efeito, observa-se que a metodologia é de cariz mais qualitativo e exploratório. A construção de uma análise SWOT visa diagnosticar a situação da envolvente interna neste território de baixa densidade e estudar as oportunidades e as ameaças da envolvente do contexto nacional.

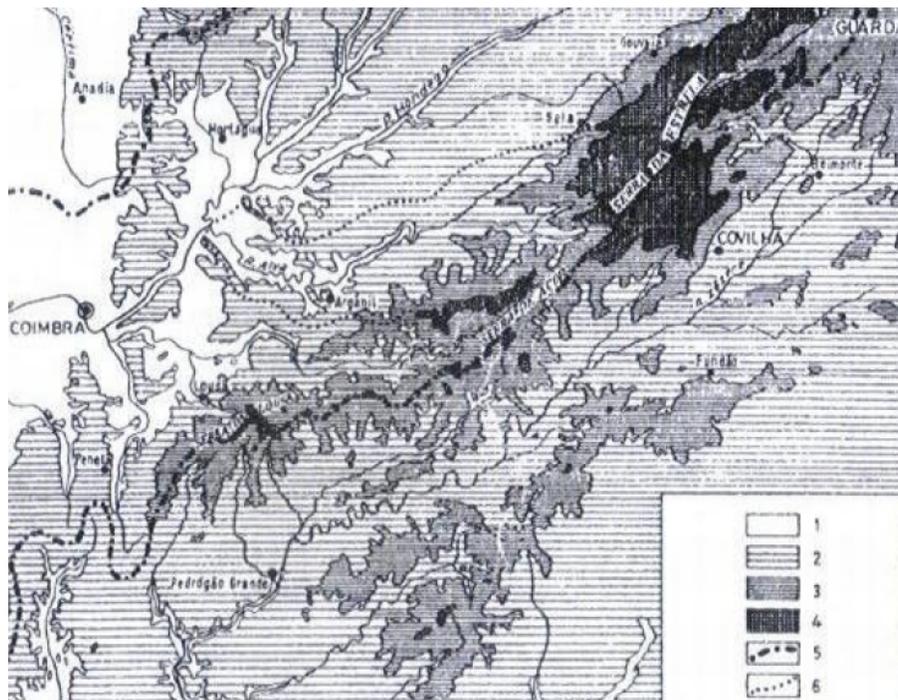


Figura 1 | Excerto de esboço de localização da região do rio Alva
(1 - altitudes inferiores a 200m; 2 - altitudes de 200 a 600m; 3 - altitudes de 600 a 1000m; 4 - altitudes superiores a 1000m; 5 - limite da bacia hidrográfica do rio Mondego; 6 - limite da bacia hidrográfica do rio Alva. Fonte: Lourenço (1989: 12)

Assim, o pressuposto da necessidade da GRA para a região também é assente numa ideia da Associação Amigos da Serra da Estrela, que tornou realidade a Grande Rota do Zêzere (GRZ) e que constitui uma boa prática, que só foi possível através do trabalho conjunto de um consórcio liderado pela ADXTUR, em parceria com todos os municípios envolvidos. No caso da GRA, a ADIRAM começa por liderar este processo de estruturação da proposta inicial, assinada por responsáveis dos 7 municípios.

Relativamente à estrutura do artigo, refere-se que na primeira parte se discute a necessidade de um planeamento e gestão eficazes no turismo, com vista a um modelo de desenvolvimento sustentável. Na segunda parte, faz-se o enquadramento geográfico e caracterizam-se os recursos principais deste destino turístico, com o intuito de avaliar o potencial de produtos turísticos estratégicos. Por fim, na terceira, reflete-se sobre a importância do turismo de natureza na região do vale do Alva e, em paralelo, evidencia-se a oportunidade de promover

o pedestrianismo como estratégia de valorização deste produto ao nível interno e internacional.

2. Desenvolvimento turístico sustentável ao nível regional

A Organização Mundial do Turismo (OMT) declarou 2017 como o Ano Internacional do Turismo Sustentável para o Desenvolvimento, para reforçar a urgência no turismo de práticas mais sustentáveis ao nível do ambiente e cultura, garantindo o crescimento económico da atividade, ou seja, por ser capaz de satisfazer as necessidades das presentes e também das futuras gerações, pois deve compatibilizar os anseios dos turistas com os dos residentes das regiões receptoras, garantindo a proteção do meio ambiente e estimulando o desenvolvimento da atividade em consonância com os interesses da sociedade local.

Ao nível nacional, a Lei de Bases do Turismo (Decreto-Lei n.º 191/2009: 5337) estabelece o

princípio da sustentabilidade, que se traduz na adoção de políticas que fomentem: “a fruição e a utilização dos recursos ambientais com o respeito pelos processos ecológicos, contribuindo para a conservação da natureza e da biodiversidade; o respeito pela autenticidade sociocultural das comunidades locais, visando a conservação e a promoção das suas tradições e valores; a viabilidade económica das empresas como base da criação de emprego, de melhores equipamentos e de oportunidades de empreendedorismo para as comunidades locais”.

O turismo e o lazer assumem uma importância crescente ao nível da sua relação com os sistemas ambiental, social, económico e cultural, entre outros sistemas com os quais o sistema turístico estabelece interações fundamentais (Cunha & Abrantes, 2013: 104). Entre os 9 sistemas referidos, destaca-se o sistema ambiental, pois tem vindo a ter uma influência cada vez maior, considerada a importância que as atrações, em especial as naturais, históricas e patrimoniais, têm enquanto elemento determinante da atividade turística.

Simões e Ferreira (2009) salientam que os novos nichos de mercado agregam uma miríade de produtos turísticos onde a escala limitada da sua procura tende a ser um dos principais critérios de identificação. Em muitos contextos socioterritoriais, configuram uma nova oportunidade de inovação e de alavancagem do processo de desenvolvimento, não apenas turístico, mas também territorial. Aos *drivers* da procura e da oferta na crescente afirmação dos turismos de nicho, junta-se o contributo do território, através da mercantilização de recursos específicos. Tendo presente as características do território do vale do Alva, acreditamos que os seus recursos naturais e culturais potenciam diversos produtos especializados para satisfazer necessidades de turistas de nichos de mercados, designadamente aqueles que procuram o contacto mais direto com a natureza através da caminhada por percursos pedestres. A aposta neste produto-âncora exigirá sempre uma utilização mais racional

dos recursos existentes, para permitir o seu usufruto pelas gerações futuras num compromisso de desenvolvimento sustentável, que será estimulado através de uma gestão participativa e integrada, por ser uma ferramenta necessária para envolver todos os atores do turismo nesta região do vale do Alva.

Os fluxos turísticos têm aumentado e colocam crescentes desafios ao espaço rural que, por sua vez, poderá incluir o turismo como setor estruturante com vista à sua refuncionalização no âmbito de um desenvolvimento equilibrado, que se suporte progressivamente numa base económica diversificada ao nível regional e, sobretudo, que permita contrariar o despovoamento destes territórios. O vale do Alva é um território eminentemente rural que deve considerar a complementaridade de uma lógica relacional, sendo, para isso, importante assumir um novo arquétipo para a conceção e implementação das políticas territoriais/setoriais, que se baseie na capitalização da vocação deste território como processo-chave do seu desenvolvimento.

Neste contexto, consubstancia-se uma intervenção enquadrável no âmbito dos princípios do desenvolvimento turístico sustentável e preconiza-se uma atuação interdisciplinar, envolvendo outras áreas além do turismo, como o ambiente, o urbanismo, o ordenamento do território e a cultura (Silva, 2013: 270), pois constituiu-se como um desenvolvimento resultante de uma integração multidisciplinar. A reflexão académica tem incidido crescentemente no princípio da sustentabilidade, que se tornou uma das questões mais relevantes também no âmbito do turismo.

Na perspetiva de Salgado (2010), os produtos turísticos são bastante diversificados em Portugal e, em resultado da riqueza de recursos turísticos, tornam-se potenciadores de estratégias de desenvolvimento sustentável, quer ao nível nacional, quer regional quer mesmo ao nível municipal.

O estudo das características físicas de uma área-destino como o vale do Alva permite concluir sobre as suas potencialidades para um turismo de

natureza sustentável e, também, acerca dos muitos condicionalismos a ter em conta, sobretudo os decorrentes da perda de valor ambiental decorrente dos incêndios florestais, que é urgente mitigar, atenta a realidade vivida em 2017, como é descrito por Salgado e Figueira (2018) nesta região do vale do Alva e por Santos et al. (2018), que retratam a vulnerabilidade e a resiliência nos territórios da região Centro.

O objetivo da estratégia turística defendida para a região do vale do Alva, assente sobretudo no turismo de natureza, é o de atrair segmentos de turistas para uma experiência relevante ao longo do ano. Neste contexto, o projeto da GRA poderá ser um investimento fulcral, pela dinamização e articulação dos percursos pedestres existentes nesta região. Como se discute neste artigo, o turismo de natureza e, em particular, o pedestrianismo, conjugado com a valorização do património cultural, deverão ser o produto estratégico do desenvolvimento desta área-destino, de acordo com algumas das mais importantes tendências verificadas no mercado turístico, designadamente no internacional, com o intuito de promover o desenvolvimento do turismo sustentável.

O princípio da sustentabilidade tornou-se uma das questões mais importantes da reflexão académica, também no âmbito do turismo, desde o final do séc. XX. As consequências sociais e ambientais do desenvolvimento turístico passaram a ter em conta as questões ambientais, sociais e culturais, a par das económicas. Somente uma mudança de atitudes nos agentes turísticos pode mudar o ciclo vigente, onde os valores economicistas e de mercado se têm imposto a outros mais íntegros e sustentáveis. Assumimos que as estratégias devem ser materializadas no terreno, envolvendo todos os agentes e implementando modelos de gestão integrada. Neste contexto, a sustentabilidade do turismo passa, cada vez mais, por responder às necessidades das populações locais e simultaneamente às dos turistas.

3. Caracterização dos recursos turísticos do Vale do Alva

Os fatores de atração do vale do Alva são caracterizados pela notável diversidade e riqueza inerente aos recursos turísticos existentes, bem como a localização geográfica, a centralidade e as boas acessibilidades, a hospitalidade dos residentes, os preços competitivos e o clima de segurança, sendo estas apenas algumas das razões que se apontam para evidenciar o elevado potencial desta região, que se situa da nascente no concelho de Seia, em pleno PNSE, ao concelho de Penacova, onde o rio Alva conflui no rio Mondego.

A região do vale do Alva é conhecida pelas praias fluviais, que seguram as águas através de açudes ou caneiros (cf. figura 2). Sobre uma cobertura verde, entre amieiros, salgueiros e fetos, que invadem as águas límpidas e frescas, que compõem este cenário milenar, os socalcos verdejantes despertam em nós o prazer inconfundível de percorrer percursos nas margens do rio. As casas de xisto são predominantes no vale do Alva, compostas por um conjunto de aldeias que desde há muito convivem lado-a-lado com a passagem do rio, mas também se destacam algumas aldeias “de montanha”, de granito, em plena Serra da Estrela, que lhe conferem uma força própria, em regra, com zonas de passagem difícil, muito por causa dos caneiros construídos ao longo dos séculos, sobretudo para as práticas de regadio na agricultura e atividades derivadas.

Queirós et al. (2008: 107-126) descrevem o vale do Alva no Roteiro da Serra da Estrela e apresentam um notável e rico circuito turístico intitulado ‘Entre o Alva e o Mondego’, mas, na realidade, parece em todo o seu esplendor corresponder ao território do vale do Alva. Também a obra Rotas e Percursos da Serra da Estrela (Tavares, 2012) propõe um conjunto de percursos pedestres que conduzem o visitante a observar a diversidade de paisagens e habitats das áreas mais elevadas da Serra da Estrela.

No concelho de Seia realizou-se um Festival Internacional de Passeios Pedestres que “é a forma de unir vontades e saberes (www.portugalwalkingfestival.com/seia)”, a partir de novembro de 2013, sob o lema “na Rota das Aldeias de Montanha”. A marca Aldeias de Montanha é o traço comum para um desenvolvimento turístico integral da Serra da Estrela em todas

as suas vertentes naturais, patrimoniais e sociais. Está criado um novo paradigma de oferta turística, que foge da sazonalidade e da oferta exclusiva em períodos de frio. A maior parte dos locais privilegiados são acessíveis a pé, pelo que uma rede de percursos pedestres é uma das melhores apostas para visitar este território.



Figure 2 | Açude da praia fluvial de Sandomil no rio Alva
Fonte: Elaboração própria

A crescente procura das áreas rurais está também associada à evolução e a mudanças consideráveis no turismo, seja pelo lado da procura, seja pelo da oferta, cada vez mais diferenciada. No contexto atual assume-se a exigência da sustentabilidade, conduzindo muitas dessas áreas rurais a serem reconhecidas como áreas protegidas, dado que essas áreas verificam uma crescente importância à medida que a pressão, os riscos e a degradação aumentam ao nível do ecossistema natural e cultural. O vale do Alva apresenta atributos importantes para as atividades turísticas, recreativas e lúdicas, pelo que merece ser estudado e melhor conhecido no seu potencial de contribuir para o desenvolvimento regional, incluindo duas áreas protegidas: PNSE e Paisagem Protegida da Serra do Açor (PPSA).

Segundo o Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF, 2016), o PNSE foi criado em 1976 por se tratar de "uma região de característica económica de montanha" onde subsistem "refúgios de vida selvagem e formações vegetais endémicas de importância nacional". A sua criação decorre da política levada a cabo no País, com o objetivo de preservar e conservar o património natural de maior importância. Tem uma extensão aproximada de cem mil hectares, o mais extenso parque natural do país, que corresponde às áreas territoriais dos Concelhos de Celorico da Beira, Covilhã, Gouveia, Seia, Manteigas e Guarda.

O vale do Alva é um território de pequenos povoados, caracterizado por estar economicamente deprimido e de baixa densidade, pelo que o desenvolvimento deve ser estimulado com base na pro-

teção e conservação das suas qualidades estéticas, culturais, históricas, entre outras. De facto, esta região mantém-se deprimida, social e economicamente, exceto no período histórico das indústrias dos lanifícios, e relativamente mal aproveitada nas suas potencialidades, realidade que também caracteriza o concelho de Seia onde nasce o rio Alva, na qual as atividades tradicionais, a sua identidade cultural e o seu rico património natural podem potenciar soluções corretas e integradas para os problemas da região do vale do Alva.

As circunstâncias que intervieram desfavoravelmente no passado podem ser hoje fatores catalisadores do desenvolvimento turístico integrado. A par de todo um conjunto de mudanças económicas e sociais estruturais, que têm vindo a beneficiar estas regiões, são de referir fatores como: o património cultural, tais como monumentos e locais históricos, festas e romarias e património étnico; a proximidade de agregados populacionais e de polos de comércio local; as condições para práticas desportivas ou de lazer (passeios, esqui, caça, pesca); a intervenção ativa dos poderes públicos locais, bem com das associações de desenvolvimento local; a competência e eficácia na promoção da região e na comercialização das unidades existentes; a qualidade nas instalações de acolhimento e hospedagem e competência dos serviços prestados; a conservação da arquitetura rural tradicional; o tradicionalismo das práticas agropecuárias; as especificidades da fauna e flora autóctones; a proximidade fronteira; a montanha, o acidentado do relevo e a diversidade da paisagem.

Neste sentido, pode considerar-se que a paisagem é a melhor matéria-prima de uma região, pois também reflete a sua apropriação cultural. É também um valor económico, um valor turístico e poderá ajudar a construir a imagem de um país ou destino, designadamente em espaços geográficos de monumentalidade natural, como o vale do Alva. A paisagem constitui, ainda, uma referência essencial da identidade das comunidades rurais, sendo que o enquadramento de espaços e ativida-

des é cada vez mais valorizado pelas populações urbanas, que constituem o centro da procura turística.

O turismo pode ajudar o espaço rural, que tem perdido funções tradicionais, através de iniciativas como o turismo em espaço rural, com a recuperação e utilização das antigas casas rurais por turistas, desde que devidamente acondicionadas ou transformadas em pequenos estabelecimentos de alojamento.

No processo de desenvolvimento territorial, a atividade turística dá origem a novas relações, criando novas atividades que resultam de estruturação espacial de serviços e atrações que garantem a produção turística (Cunha & Abrantes, 2013). Falar de turismo é abordar uma complexa teia de relações e conexões que requerem uma visão sistémica onde o território é um elemento central. Sob esta ótica, a análise da atividade turística deve possuir uma abordagem multidimensional. Ao agrupar diversos elementos que interagem entre si e com o meio envolvente, o sistema turístico caracteriza-se pelos relacionamentos dos seus atores e pela influência dos diversos fatores do meio envolvente na atividade turística.

É no desenvolvimento dos novos produtos, associados à exploração e à observação, seja de espaços naturais ou urbanos, do património cultural e natural, que se insere o objetivo do desenvolvimento endógeno, com base na preservação dos recursos e sua consequente valorização turística. Consideramos que no turismo de natureza podem identificar-se diversos níveis de subprodutos turísticos, “que vão sucessivamente sendo decompostos, sendo ainda importante considerar a existência de sobreposições entre os grupos e atividades, desde logo no primeiro nível”, conforme referido por Silva (2013: 148), que terá sempre como produto central o turismo na natureza. A intensidade de incorporação da natureza, tanto ao nível geográfico como das representações, em cada tipo de atividades, é fator fundamental na decisão sobre quais os grupos de atividades que devem ser incorpo-

rados dentro do turismo na natureza. Mas existem outras que poderão ser enquadradas em mais do que um produto, pelo que a segmentação dos produtos turísticos e a classificação das atividades dentro destes é um processo complexo e evolutivo, dependendo de muitos fatores.

4. Turismo de natureza e pedestrianismo

A definição de um produto turístico âncora pode ser uma alavanca para o desenvolvimento integrado da região, criando um denominador comum em torno do desenvolvimento e marketing do turismo de natureza, que potencia a articulação dos esforços dos vários municípios envolvidos, mas também dos agentes privados. Neste âmbito, acredita-se no projeto “rotas da água”, que poderá assemelhar-se à GRA, por poder estruturar a oferta de percursos pedestres já existentes num roteiro longitudinal, que acompanhe o mais possível o percurso do rio Alva e possa, assim, também beneficiar da beleza do espelho de água e área circundante, bem como das paisagens deslumbrantes que caracterizam o vale do Alva.

Queirós (2014:111) define rota turística como “um conjunto organizado de circuitos de descoberta e usufruto de todos os patrimónios, com uma identidade própria e única, fundada na ecologia e metafísica da paisagem, acessível a todos os públicos, mas com produtos diferenciados segundo os seus segmentos, potenciador da organização e desenvolvimento das cadeias de valor da atividade turística”. Na realidade, podemos encontrar elementos comuns nos vários circuitos, como, por exemplo, um curso de água como o rio Alva, mas a soma dos seus tipos de património deverá produzir dialeticamente uma oferta única e identitária.

Queirós (2014:116) considera importante a hermenêutica da paisagem cultural na sua aplicação ao estudo do corpus do turismo e da atividade

turística, com o intuito de explorar os conceitos de rota e de circuito turísticos, que se “baseiam na necessidade de utilizar uma metodologia científica inter e pluridisciplinar para organizar e guiar a visita ao território”, que permite ler e interpretar as suas paisagens culturais, o património material e imaterial da paisagem humanizada. São as rotas e circuitos, integradas nas paisagens culturais e nos seus destinos turísticos, que geram as principais mais-valias, mas não são as estruturas que organizam essas rotas e circuitos, os museus, monumentos e parques, a recolher os maiores valores; a renda do turismo é recolhida externamente nas já referidas cadeias de valor.

O turismo tem sido estudado como uma atividade económica, a partir dos seus produtos e das suas empresas. A questão primordial é, assim, recolocada (porque viajam as pessoas e para quê?), tendo por base a matriz criada pela Organização Mundial de Turismo a partir de um modelo conceitual que assenta nos produtos e serviços oferecidos pelo mercado e no que parece ser a motivação e finalidade dos diversos segmentos turísticos, composto pelas categorias e atividades apresentadas na Conta Satélite do Turismo. De facto, vem-se constatando um crescente interesse de quem viaja por conhecer a realidade autêntica dos lugares, seja a natural ou a construída ao longo dos tempos (ou cultural), que determina motivações importantes para as simples caminhadas pelo território.

Figueira (2013: 122) refere a importância da Roteirização do Turismo, inerente ao planeamento e turistificação dos territórios, que é parte significativa dos fatores de diferenciação e de competitividade dos destinos. No âmbito da “valorização económica dos recursos, o trabalho de criação de rotas é também orientado à melhor exploração dos atrativos turísticos, otimizando a relação custo-benefício”.

Rodrigues e Kastenholtz (2010) consideram que a procura de espaços naturais para o desenvolvimento de atividades turísticas continua a crescer, sobretudo aqueles que apresentam a presença

humana e as paisagens que possuem elementos aquáticos. Para estas autoras, as atividades como os percursos pedestres em espaços eminentemente naturais e rurais são cada vez mais procuradas para fins de lazer e de turismo. Neste contexto, o território em apreço constitui, pelas suas características, um destino muito interessante para diversas atividades lúdicas, recreativas e turísticas, pois possui um espelho de água que potencia essa fruição de uma experiência turística singular. Tovar (2011:158) conclui que o “pedestrianismo é uma atividade com elevadas perspectivas de crescimento, assim como o turismo de passeio pedestre enquadrado no âmbito do turismo de natureza”. Considera que em todas as regiões do nosso país existe oferta de percursos pedestres, atividades de pedestrianismo e programas de turismo de passeio pedestre.

Queirós et al. (2008: 107-126) apresentam um notável e rico circuito turístico intitulado ‘Entre o Alva e o Mondego’. A descrição do vale do Alva é feita no Roteiro da Serra da Estrela elaborado por Queirós *et al.* (2008: 81-87), e nele propõe-se um percurso pelo vale do Alva: Vide, São Gião e Sandomil, pois “por detrás de Vide, levanta-se a Serra do Açor, coroada pelo Colcorinho.

Também a obra *Rotas e Percursos da Serra da Estrela* (Tavares, 2012) propõe um conjunto de percursos pedestres que conduzem o visitante a observar a diversidade de paisagens e habitats das áreas mais elevadas da Serra da Estrela, dos quais se destaca o percurso do Cabeço dos Corvos com uma extensão de 5785 metros de tipo circular e de baixo grau de dificuldade. Este percurso denominado de Alto Alva (Tavares, 2012: 60-64) integra “um conjunto de percursos de pequena rota que têm como objetivo dar a conhecer a paisagem, geologia, flora e fauna da Mata do Desterro, área florestal que se encontra sob gestão do Município de Seia.

Esta reflexão permite também estabelecer algumas linhas orientadoras para repensar as metodologias e as estratégias de desenvolvimento turís-

tico para o vale do Alva. Dada a complexidade do sistema turístico regional, podemos assumir também a importância do turismo fluvial, sobretudo pela beleza e qualidade das praias fluviais do rio Alva.

Importa, nesta fase final do artigo, inventariar os percursos pedestres ativos na região do vale do Alva, para compreender a sua vocação e amplitude atuais, sobretudo com o intuito de interpretar a viabilidade e a capacidade instalada para mais facilmente estruturar a GRA, bem como a rede complementar de percursos nesta região. Assim, pesquisamos sobre os percursos existentes nos 5 municípios, nas 2 áreas protegidas e nos 3 projetos de turismo de aldeia, porque estas entidades desenvolvem projetos neste âmbito da promoção do pedestrianismo. Seguiremos na nossa análise desde a nascente do Alva, ou seja, a partir do concelho de Seia, até desaguar no Mondego no concelho de Mortágua.

Os passeios pedestres permitem divulgar a riqueza natural e cultural das Aldeias de Montanha, no concelho de Seia, e da Serra da Estrela, designadamente através do CISE. A rede de percursos pedestres das Aldeias de Montanha é constituída por 14 rotas, com cerca de 100 quilómetros, nas localidades de Alvoco da Serra, Cabeça, Lapa dos Dinheiros, Loriga, Sabugueiro, Sazes da Beira, Teixeira, Valezim e Vide. De destacar que estes percursos integram a região do concelho de Seia integrante do vale do Alva.

No seguimento, analisamos os 5 PR do concelho de Oliveira do Hospital: (PR1 OH) Caminho do Xisto de Aldeia das Dez: Pelas várzeas do Alvôco (20 Kms); (PR2 OH) Caminho do Xisto de Aldeia das Dez II: Rota Imperial (12 Kms); (PR3 OH) Caminho do Xisto de Aldeia das Dez III: Na Pegada do Ermitão (10Kms); (PR4 OH) Caminho do Xisto de Avô: À volta do Alva (8 Kms); (PR5 OH) Caminho do Xisto de Oliveira do Hospital: A marcha dos veteranos (14,6 Kms). Refere-se que os 4 PR iniciais situam-se em pleno vale do Alva, sendo que 3 estão relacionados com uma aldeia do

xisto: Aldeia das Dez.

Relativamente às áreas protegidas, constatamos que no PNSE estão apresentados 4 percursos pedestres de pequena rota (PR), designados: PR 1- Rota dos Galhardos (11,2 Kms) – Gouveia; PR 1Trilho das Ladeiras - histórico e cultural (4 Kms) – Celorico da Beira; PR 2 CVL Fontes (9,5 Kms) – Covilhã; e PR 3 CVL Fragas (25 Kms) - Covilhã. Neste caso, refere-se que estes percursos no PNSE não estão situados no território abrangido pelo vale do Alva, pelo é apenas interessante a sua referência pela proximidade geográfica em concelhos circunvizinhos ao de Seia. Por sua vez, a PPSA possui 5 percursos interpretativos no concelho de Arganil: Mata da Margarça (1,5 Kms), Fraga da Pena – Pardieiros (3,5 Kms), Percurso Pardieiros - ribeira do Enxudro (4,5 Kms), Percurso Pardieiros - Foz d'Abelheira (1,7 Kms), Percurso Socalcos - Relva Velha (1,6 Kms). Por exemplo, o percurso da Mata da Margarça atravessa uma das antigas áreas de terrenos agrícolas, podendo observar-se os socalcos ou quelhadas separados por velhos muros de xisto. Logo no início do percurso, do lado direito, encontra-se uma antiga represa de água, utilizada para a rega dos terrenos agrícolas. Uma levada de água, da qual são visíveis alguns vestígios, transportava a água até esses terrenos. Estes foram sendo abandonados desde meados do séc. XX, em virtude do despovoamento e do envelhecimento da população. A floresta foi, então, recuperando os terrenos que, em tempos, lhe haviam sido tirados. Podem observar-se ainda castanheiros *Castanea sativa* enxertados com variedades

mais produtivas (longal, vermelhinha, riscadinha e mastainha), técnica igualmente utilizada na antiga área de souto da quinta. Note-se que a produção de castanha era muito importante na Quinta da Margarça. Esta mata é uma relíquia da floresta de vegetação primitiva existente nas encostas xistosas do centro do país, sendo de assinalar a presença de um elevado número de espécies e biótopos com interesse científico e para a conservação da natureza. No concelho de Arganil estão identificadas 2 aldeias do Xisto com proposta de um percurso: PR1 AGN (ERTCP, 2008: 34) - Caminho do Xisto da Benfeita - Frescura das Cascatas (10,4Kms); e a aldeia de Vila Cova de Alva. Neste concelho também se situa a aldeia do Piódão, incluída na rede das AHP.

Os percursos pedestres identificados no município de Tábua designam-se de: PR 2 TBU Caminho do Xisto de Sevilha “Do rio cavalos ao Mondego” (11 Kms); e de PR 1 TBU Caminho do Xisto de Midões “Na peugada de João Brandão” (13 Kms). A Câmara Municipal de Penacova procedeu à elaboração de 2 percursos pedestres que, aliando a prática de atividades ao ar livre ao contacto com a natureza, permitem desfrutar em pleno da paisagem: PR1 PCV - Penacova, o Mondego e a Lampreia (10,2 Kms); PR2 PCV (ERTCP, 2008:48) - Na Rota dos Moinhos do Buçaco (10,1 Kms).

Após a inventariação dos percursos homologados nos 5 concelhos da região, apresenta-se uma síntese destes, em termos quilométricos, no Quadro I.

| Concelho | Extensão no concelho | Extensão no vale do Alva |
|----------------------|----------------------|--------------------------|
| Seia | 100 | 100 |
| Oliveira do Hospital | 64.6 | 50 |
| Arganil | 23.2 | 23.2 |
| Tábua | 24 | 0 |
| Penacova | 20.3 | 0 |
| Total | 232.1 | 173.2 |

Fonte: Elaboração própria com base em informação nos sites das autarquias respetivas

Quadro I | Extensão dos percursos pedestres homologados na região do vale do Alva (quilómetros)

O diagnóstico da oferta destes percursos na região do vale do Alva, numa perspetiva mais alargada do território dos 5 municípios, regista uma extensão total de cerca de 232,1 Kms. Contudo, numa perspetiva mais circunscrita, consideramos haver 173,2 Kms identificados no vale do Alva, pelo que existem cerca de 75% dos percursos disponíveis dos 5 concelhos, realidade que no concelho de Seia e de Arganil representa 100% e no de Oliveira do Hospital cerca de 78%. O contributo de associações de desenvolvimento turístico, designadamente a ADIRAM e a ADXTUR, tem ajudado a esta realidade de homologação de percursos que são candidatados, sobretudo nos concelhos de Seia, de Oliveira do Hospital, Arganil e Tábua, respetivamente. Nos concelhos de Seia e de Arganil destaca-se a importância de áreas protegidas, pelos seus recursos naturais, respetivamente e o PNSE e a PPSA, que registam na sua área uma oferta de percursos relevantes.

Para além da inventariação dos percursos pedestres homologados e registados, atualmente disponíveis, também interessa referir que existe uma rede complexa de levadas, que constituem uma parte relevante do património rural associado ao Alva e afluentes, que interessa conhecer e, eventualmente, incluir no projeto da GRA. A título de exemplo referimos a levada pública de Vila Cova, que é um sistema de regadio com 200 anos (Brito, 2015: 244). Consta-se que os campos agrícolas foram desenvolvidos nas vertentes voltadas a sul e a nascente, quase todos na margem direita do rio Alva. Esta levada data de 1815 e visou permitir a irrigação de uma zona alargada de prática agrícola, sendo celebrada escritura pública pela sua importância para a população local. Esta obra exigiu a construção de açude no leito do rio Alva, no sítio dos Pisões Velhos, e a levada foi aberta ao longo de aproximadamente 7 Kms, tendo sido necessário criar condições para ultrapassar obstáculos naturais, num esforço notável de união, engenho e coragem da população de Vila Cova. Constatamos, assim, a importância do Alva para a agricultura

nesta aldeia do concelho de Seia, bem como mais abaixo na aldeia de Sandomil, que ainda hoje é conhecida como o celeiro do concelho de Seia, pela sua importância no fornecimento de produtos agrícolas à sede de concelho, daí o interesse do projeto do Museu da Agricultura e Alimentação que pretende reabilitar o Solar dos Condes de Sandomil, propriedade da junta de freguesia local, cuja construção data dos finais do séc. XVII e ainda hoje o alambique da casa está a trabalhar, sendo uma fonte de rendimento. Este espaço permitirá expor a coleção de artefactos existente nesta localidade, caracterizada pela forte expressão agrícola, que se manifesta como notável a jusante do rio Alva em muitas aldeias, que o visitante pode apreciar nas suas caminhadas e banhar-se, sobretudo nos quentes dias de verão, nas suas praias fluviais. Constatamos a existência de inúmeras levadas de função agrícola e de fornecimento de água a moinhos, lagares e outras estruturas do setor primário, bem como as levadas de encaminhamento de águas à superfície para o complexo sistema hidroelétrico da Serra da Estrela, instalado no vale do Alva, que se situa em pleno PNSE, ou seja, às indústrias ligadas diretamente à força das águas do rio como também a dos lanifícios e a cerâmica, a par da produção de energia elétrica. Estas indústrias possuem um património único, num contexto particular do vale do Alva, que podem permitir a sua reutilização e refuncionalização para a emergência de um novo produto da região - o turismo industrial (Salgado *et al.*, 2015). Assim, na região mais montanhosa do vale, a GRA pode aproveitar levadas de diversas funções, sobretudo desde a aldeia do Sabugueiro à de Sandomil, por ser extensa a área de levadas agrícolas associadas a cada aldeia e das desenvolvidas para fins industriais, em vários núcleos de centrais hidroelétricas (desde o Sabugueiro até Vila Cova) até aos núcleos bem definidos da indústria de lanifícios, que foram estruturados em paralelo com o rio, por dele dependerem da abundância de água disponível ao longo do ano que, em parte, resultou do engenho e do sacrifício do Ser Humano para vi-

abilizar a industrialização na Serra da Estrela, em particular na região do vale do Alva.

A GRZ possui uma extensão de 370 Kms de aventura no Rio Zêzere, da nascente na Serra da Estrela à foz em Constância, onde encontra o Rio Tejo, que pode ser feita a pé, de bicicleta ou de canoa. O vale do rio Zêzere é uma das unidades territoriais que compõem o território das Aldeias do Xisto e uma das áreas naturais de maior diversidade ambiental do país. A criação da GRZ (GR 33) foi pensada para permitir aos utilizadores usufruir de um contacto mais próximo com este património natural. Esta rota percorre 13 concelhos e unem importantes marcas nacionais: Serra da Estrela, Aldeias do Xisto, Castelo de Bode e Rio Tejo. O percurso foi projetado para ser multimodal, podendo ser feito a pé, de bicicleta ou de canoa. Assim, pode realizar-se de forma contínua e encadeada, por troços ou mesmo em circuitos multimodais, recorrendo a mais do que uma disciplina. Para este aspeto contribui o carácter inovador das 13 estações intermodais existentes ao longo do percurso. A rota divide-se em 9 unidades coerentes, que refletem as características do rio e da sua envolvente. Cada uma destas unidades agrega várias etapas, entendidas como o percurso entre dois painéis informativos. Esta é a grande rota que constitui a melhor referência como *best practice* para o projeto da GRA, dado que também se enquadra na região Centro e num rio com nascente na serra da Estrela. Neste contexto, salienta-se a realização do Percurso Interpretativo Grande Rota do Alva, no dia 18 de novembro de 2018, no concelho de Oliveira do Hospital, que visa começar a dar destaque à necessária revitalização deste território para atividades de lazer e turismo.

A realidade regional do vale do Alva suscita preocupações crescentes face à falta de conservação de alguns recursos, particularmente os naturais, e à necessidade de “caminhar” para desenvolvimentos turísticos mais sustentáveis, pelo que precisamos de proceder ao diagnóstico dessa realidade através de uma análise SWOT (*Strengths,*

Weaknesses, Opportunities and Threats). Assim, no domínio do turismo podemos considerar como pontos fortes: potencial do rio Alva para o pedestrianismo e turismo fluvial, sobretudo pelos recursos e percursos existentes; potencial do turismo industrial ligado a indústrias que usavam água em abundância como a elétrica, cerâmica, moagem, entre outras do setor primário; eixo rodoviário importante de ligação à região (IP3) e eixos que a percorrem (IC6 e EN17); aumento da oferta de alojamento, quer empreendimentos turísticos (ex. Aqua Village Health Resort & SPA – adjacente à margem esquerda do rio Alva), de diversas tipologias; pequenas unidades de restauração de gastronomia regional; hospitalidade beirã, sobretudo nas aldeias; produtos agrícolas locais de elevada qualidade, incluindo queijo Serra da Estrela e vinhos do Dão; existência de um parque natural (PNSE) e uma área protegida (PPSA); existência de aldeias de interesse turístico reconhecido (Aldeias de Montanha, Aldeias do Xisto e a aldeia do Piódão - AHP); existência de percursos pedestres e ecoturísticos; localização favorável pela centralidade na região Centro. Assim, reconhecemos o enorme potencial decorrente da importância das dotações fatorias aqui enumeradas. Por outro lado, temos de ponderar, no outro lado da “balança”, os pontos fracos que caracterizam a região: necessidade de prolongamento do IC6 para ligar todos os concelhos da região, que é um eixo de valor histórico e que acompanha, em regra, a vertente direita do vale do Alva; défice de oferta de alojamento turístico de qualidade; escassez de material promocional e de divulgação turística da região (mapas, folhetos e roteiros turísticos); reduzida articulação e concertação entre os operadores e instituições turísticas; sinalética indicativa e interpretativa dos locais de interesse turístico na região reduzida e não uniforme; reduzida frequência de oferta em eventos culturais, especialmente nas épocas de menor afluência turística; deficiente funcionamento dos Postos de Turismo; insuficiente oferta em equipamentos de lazer; inexistência de

estudo de mercado para identificação e conhecimento do perfil dos visitantes do território, suas expectativas e exigências em termos de produtos e serviço turístico; o impacto dos incêndios de 2017 na região.

Decorrente do diagnóstico dos pontos fortes e fracos da região em apreço podemos, agora, considerar um conjunto de oportunidades para o turismo, mas também de ameaças subjacentes, que constituem uma reflexão resultante da pesquisa bibliográfica, mas também do conhecimento e da interação com agentes turísticos que atuam na região. As oportunidades decorrem de um conjunto de aspetos relevantes evidenciados na região para o desenvolvimento do mercado turístico, designadamente: maior articulação dos investimentos públicos/privados em projetos turísticos estruturantes e transversais, como a GRA; criação e requalificação de unidades de alojamento turístico e de restauração numa rede regional complementar; modernização do aeródromo de Seia; certificação de produtos locais, garantindo a qualidade e autenticidade no contexto regional; notável crescimento nacional e internacional da procura pelo turismo de natureza; implementação de rotas turístico-culturais; enoturismo (visitas a quintas e provas de vinhos nos concelhos de Seia e Oliveira do Hospital, no contexto da Rota do Vinho do Dão); emergente turismo de repouso e de saúde e bem-estar (ex. Aqua Village Health Resort & SPA); campanhas promocionais de novos pacotes turísticos associados ao território vale do Alva; utilização das novas tecnologias (TICs) como instrumento promocional e de divulgação; promoção de atividades de animação cultural, planeadas para a época baixa; programas específicos de apoio ao setor do turismo (nacionais e regionais); criação de suportes de informação, de âmbito territorial, integrantes e transversais dos diversos setores turísticos; criação de parques temáticos e equipamentos de atração (ex. potencial fluvial de Avô); implementação de um sistema de recolha de dados, quantitativos e qualitativos, sobre o perfil de visitante e suas necessidades; criação

de novos percursos pedestres e sua integração em rede, bem como percursos hípicas e cicloviárias, designadamente uma ciclovia do Alva, que pode ser associada, em parte, ao percurso da estrada M514, que acompanha em grande parte as margens do rio Alva e atravessa inúmeras aldeias; e criação e/ou requalificação de zonas de lazer, dinamizando a oferta em animação turística, sobretudo as próximas do rio Alva e afluentes. As ameaças que podem ser identificadas são muito diversas, mas centramo-nos em: debilidade das vias de comunicação na região e de ligação pelo IP3; despovoamento progressivo; incêndios florestais, invasora florestal (ex. mimosa) e plantação massiva de eucaliptos, que comprometem a floresta autóctone e a beleza paisagística nas 4 estações; níveis reduzidos de consciência cívica e de sensibilização das populações e dos operadores turísticos para as oportunidades do turismo; concentração de investimentos turísticos noutras regiões mais litorais e urbanas; existência de eixos/vias rodoviárias que não fomentam a paragem no território mas simplesmente a sua passagem (ex. A25); ausência de sensibilidade e de reconhecimento dos agentes económicos numa aposta por recursos humanos qualificados conduzindo à melhoria da oferta de serviços; insuficiente qualificação da oferta turística; fraco potencial de atração e de retenção dos visitantes; exigir articulação de políticas e estratégias de 2 comunidades intermunicipais e 7 municípios.

Este trabalho pretende promover o desenvolvimento sustentado do território, incentivar a criação de emprego e a fixação da população, dinamizar a atividade turística, conservar e valorizar o património rural e reforçar e diversificar a atividade empresarial na região do vale do Alva. Neste contexto, o diagnóstico resultante da análise SWOT permite ponderar variáveis a considerar no desenvolvimento turístico da região e considerar a oportunidade atual de desenvolver a GRA para promover esta região.

5. Conclusão

A importância crescente do turismo para as regiões rurais e de montanha, caracterizadas pela baixa densidade demográfica nos seus territórios, transforma-o num fenómeno estruturante ao nível espacial e socioeconómico, suportado na riqueza e variedade de recursos naturais e culturais. Trata-se de recursos potenciadores de produtos turísticos âncora, que podem ser alavanca das políticas e das estratégias sectoriais, sobretudo projetando essa dinâmica ao nível sub-regional, pela desejada articulação de esforços entre os vários municípios da região envolvente do rio Alva, com vista à promoção de um desenvolvimento sustentável e competitivo.

A reflexão em torno do conceito da sustentabilidade em turismo permitiu evidenciar a necessidade de integração dos interesses da população local, dos turistas e da própria indústria turística, bem como a necessidade de conservação do património natural e cultural no desenvolvimento de uma área-destino como o vale do Alva. O contraste entre as áreas mais naturais e as mais humanizadas neste território traduz-se em algumas dificuldades na sua gestão, devendo, assim, pensar no desenvolvimento local, com as atuais e futuras necessidades de residentes e também das necessidades dos turistas. De acordo com o que a região tem para oferecer aos turistas, pode dizer-se que a região dispõe de condições que lhe permite desenvolver ofertas diversificadas e especializadas de acordo com as necessidades atuais de vários nichos de mercado. Uma, mais relacionadas com férias ativas, prática de desportos de montanha ao ar livre e em rio, e outras para férias mais tranquilas, privilegiando o contacto com a natureza, a observação do património natural, o desfrute da paisagem física e humanizada, os percursos pedestres, entre outras atividades de turismo de natureza mais soft. O objetivo desta estratégia turística, assente no turismo de natureza, é o de atrair grupos de turistas para uma experiência relevante

ao longo do ano. A estratégia de marketing pode ser diferenciada ao longo das estações do ano, com adaptações específicas para cada um dos segmentos de mercados e produtos turísticos, maximizando, assim, os benefícios para todos os envolvidos. Assim, para o desenvolvimento turístico da região, devem ser tidos em conta os segmentos de mercado definidos em conjugação com os recursos disponíveis e produtos potenciados, mas, também, em conformidade com os desejos da população local, dos empresários turísticos e do sector público.

Pretende-se dar um contributo útil para estimular todos os intervenientes, principalmente os responsáveis do poder local e regional, ao nível turístico, em necessária articulação com as instituições de ensino, para que em conjunto partilhem as responsabilidades e os deveres com vista a atingir um desenvolvimento que todos merecemos que seja sustentável e ao mesmo tempo competitivo. Porém, não deixamos de chamar a atenção para o muito que é necessário fazer e, sobretudo, fazer-se de forma rigorosa e científica, também no sector do turismo. Como se constatou, existem pontos fracos e ameaças que podem comprometer, em parte, o futuro da região em análise, pelo que o projeto da GRA deverá assumir um plano ambicioso e ser gerido por uma equipa multidisciplinar que supervisione o desenvolvimento.

A realidade do vale do Alva tem de apoiar-se no desenvolvimento sustentado desse território, dos seus importantes recursos naturais e histórico-patrimoniais, na promoção da competitividade através da criação de emprego e da fixação e atração de população mais jovem, permitindo dinamizar a atividade turística e, ao mesmo tempo, diversificar a atividade empresarial na região, devido ao forte efeito multiplicador do turismo na economia regional. Neste contexto, o projeto das Rotas de Água associadas ao vale do Alva e seus afluentes seria um investimento fulcral, pela dinamização e articulação dos percursos pedestres aqui indicados, que poderiam ser ainda complementados com vista à função estratégica da GRA para

esta região. Como se demonstra neste artigo, o turismo de natureza e, em particular, o pedestrianismo poderiam ser o produto estratégico do desenvolvimento desta área-destino, de acordo com algumas das mais importantes tendências verificadas no mercado turístico, designadamente no internacional.

Referências

- Brito, A. S. (2015). Vila Cova (Seia): Uma História Multissecular. Vila Cova: Simões & Linhares.
- Cunha, L. & Abrantes, A. (2013). *Introdução ao Turismo*. 5ª Edição, Lisboa: Lidel.
- Diário da República (2009). *Lei de Bases do Turismo*. Decreto-Lei n.º 191/2009 de 17 de agosto, INCM, 1ª Série, N.º 158.
- ERTCP (2008). Guia de Percursos Pedestres. Acedido em 26 de setembro de 2016, em http://www.turismodocentro.pt/pt/produtos_.1/percursos_pedestres_.a1007.html.
- Figueira, L. M. (2013). Roteirização do turismo: uma abordagem preliminar à 'apresentação-interpretação' do território. *Revista Turismo e Desenvolvimento*, 20, 121-133.
- ICNF (2016). Visitar as Áreas Protegidas. Acedido em 25 de setembro de 2016, em <http://www.icnf.pt/portal/turnatur/visit-ap>.
- Lourenço, L. (1989). *O Rio Alva: Hidrogeologia, Geomorfologia, Climatologia e Hidrologia*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Queirós, A. S. (2014). Turismo Cultural e Economia do Património. *Revista Turismo e Desenvolvimento*, 21/22 (4), 107-117.
- Queirós, A. S., Veloso, A. S., & Ferreira, H. D. (2008). *Património Natural e Cultural da Serra da Estrela: Roteiro Serra da Estrela*. Liga de Amigos de Conimbriga, s.l.
- Rodrigues, A., & Kastenholz, E. (2010). Sentir a Natureza – Passeios Pedestres como Elementos Centrais de uma Experiência Turística. *Revista Turismo e Desenvolvimento*, 13/14 (2), 719-728.
- Salgado, M. A. B. (2010). Perspetivas do turismo rural em Portugal. Moreno, F. J. J., Arcos, F. J., M. (eds.), *Estudios de Turismo Rural y Cooperación entre Castilla y León y Portugal*, Ediciones Universidad, Salamanca, pp. 49-63.
- Salgado, M. A. B., & Leitão, M. L. (2011). Estratégia de Desenvolvimento Turístico da Serra da Estrela. *Revista Turismo e Desenvolvimento*, 16, 97-113.
- Salgado, M. A. B., Martins, J. A. S. V., & Ramos, E. M. C. V. (2015). Desenvolvimento de “novos” produtos turísticos no vale do Alva: turismo industrial, *Inovação, Gestão e Educação em Turismo e Hotelaria: Investigação Aplicada*, Coleção Politécnico da Guarda, V.13, 83-91.
- Salgado, M. A. B., & Figueira, L. M. (2018). Turismo e Alterações Climáticas: implicações dos incêndios no vale do Alva em 2017, in Correia, A. & Homem, P. (Eds), *Turismo do Centro de Portugal - Potencialidades e Tendências*, 137-154, Coimbra: Actual Editora.
- Santos, N. P., Moreira, C. O., Ferreira, R., & Silveira, L. (2018). Impactos dos incêndios florestais na atividade turística: vulnerabilidade e resiliência nos territórios afetados pelos fogos de 2017 na região Centro, in Correia, A. & Homem, P. (Eds), *Turismo do Centro de Portugal - Potencialidades e Tendências*, 105-135, Coimbra: Actual Editora.
- Silva, F. (2013). Revisão Crítica ao Produto Turístico de (na) Natureza em Portugal. *Revista da UIIPS*. Instituto Politécnico de Santarém.
- Silva, S. (2013). *Turismo Interno: Uma Visão Integrada*. Lisboa: Lidel.
- Simões, J. M., & Ferreira, C. C. (2009). *Turismos de Nicho, Motivações, Produtos, Territórios*. Universidade de Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.
- Tavares, A. O. (2012). *Rotas e Percursos da Serra da Estrela – Planalto Superior*. CISE, Seia.
- Tovar, Z. (2011). Pedestrianismo, Percursos Pedestres e Turismo de Passeio Pedestre em Portugal. *Revista Turismo e Desenvolvimento*, 16, 145-159.